

Tempo e Espaço no Desenvolvimento do Cone Sul

Luiz Augusto Estrella Faria*

*“Hicieron una linbea negra:
‘Aqui nosotros, porfiristas
de México,’ caballeros’
de Chile, pitucos
del Jockey Club de Buenos Aires,
engomados filibusteros
del Uruguay, pisaverdes
ecuatorianos, clericales
señoritos de todas partes’.*

*‘Allá vosotros, rotos, cholos,
pelados de México, gauchos,
amontonados en pocilgas,
desamparados, andrajosos,
piojentos, pililos, canalla,
desbaratados, miserables,
sucios, perezosos, pueblo’.*

Todo se edificó sobre la línea.”

Pablo Neruda, *Canto General*.

O descobrimento da América e a ocupação econômica de suas terras foi um episódio da expansão comercial européia, uma resposta ao bloqueio de suas rotas terrestres pelos turcos após a queda de Constantinopla. Essa afirmação aparece nas primeiras linhas da “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado (1959), obra que, em diversos sentidos, é inspiradora deste trabalho. As grandes viagens do descobrimento, de que esse episódio fez parte, foram impulsionadas pelo surgimento das relações sociais capitalistas que então apenas iniciavam a predominar naquele continente. Representavam algo que, então, acontecia por primeira vez na História e era a manifestação da uma tendência inerente a esse modo de produção – seria, na linguagem de hoje, chamada globalização –, a expansão internacional das relações de produção. Esse movimento, num primeiro momento, articulou para, mais adiante,

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística, Brasil.

incorporar sistemas econômicos e sociais independentes aos circuitos de reprodução ampliada do capitalismo.

Os primeiros europeus aqui chegados vinham em busca de riquezas para abastecer o crescente fluxo de mercadorias que fundava a acumulação primitiva do capital. Para tanto, organizaram seus empreendimentos coloniais. Em razão da aniquilação das civilizações pré-colombianas e do quase total desaparecimento de sua herança, de fato a história da América foi moldada quase exclusivamente pelo capitalismo desde o descobrimento. Uma circunstância bem diversa viveu a Europa, onde esse modo de produção foi uma invenção original nascida dentre os conflitos sociais que emergiram durante a decadência do feudalismo. As novas relações de produção foram sendo instituídas nos interstícios da ordem feudal por obra da invenção de pessoas que, de alguma forma, alcançavam escapar da condição de servidão. Desde então, e por séculos, os dois modos de produção conviveram naquele continente numa relação que oscilou entre a sinergia e o antagonismo. Esta circunstância não se repetiu no Novo Continente, onde a relação entre o capitalismo e outros modos de produção foi muito diferente.

Enquanto no Velho Continente, como mostrou Braudel (1979), as relações sociais não capitalistas impunham barreiras à acumulação de capital, a exemplo da cobrança de direitos de passagem onerando a circulação mercantil, na América a situação foi diversa. Tanto a escravidão brasileira quanto as *encomiendas* que submetiam incas e astecas ao trabalho servil, embora diferentes do trabalho assalariado típico das relações de produção capitalistas, foram criações do capital a este subordinadas. Isto porque, como mostrou Furtado (1959), a empresa colonial lançou mão dessas outras relações de trabalho não por qualquer perversão moral, mas em razão de serem a forma mais econômica de suprir suas necessidades de mão-de-obra. A lição que a História ensina desse período é que a hegemonia dos sistemas econômicos americanos esteve nas mãos do capital desde o início da colonização.

Em razão dessa diferença, do peso das relações sociais capitalistas no desenvolvimento econômico americano, as duas tendências características da evolução desse tipo de sistema social referidas necessariamente deveriam marcar a trajetória das economias latino-americanas. Tanto a permanente transformação da dimensão espacial no sentido da ampliação de sua base territorial, quanto a trajetória em direção ao desenvolvimento de propriedades autopoiéticas, estiveram presentes

na história econômica da América desde suas origens. Da mesma forma, a aceleração do tempo característica da dinâmica histórica do capitalismo também se fez presente na América Latina, perceptível na duração decrescente de cada um dos três grandes períodos de sua história analisados a seguir, colonial, primário-exportador e da industrialização por substituição de importações. Este trabalho vai tratar de realizar um apanhado bastante pontual através da história dos países do Cone Sul com vistas a identificar os momentos mais decisivos de sua trajetória e verificar neles o desenrolar dessas tendências.¹

Sem sombra de dúvida, o que mais chama à atenção neste percurso da história de nossos países são as semelhanças. De um lado a “linha negra” referida por Neruda, o peso da desigualdade oprimindo quase dois séculos de independência e cuja episódica contestação recebeu sempre a resposta violenta da intolerância. De outro lado, um trajetória em direção à modernidade e ao desenvolvimento que combinou sempre a criação do novo e a preservação do velho, a oligarquia rural convivendo com a indústria, a democracia política com a exclusão social. A história dos países do Cone Sul no Século XX tem como ponto de partida uma situação similar – uma base econômica primário-exportadora –, segue um mesmo caminho de urbanização e industrialização – embora com graus diferentes de desenvolvimento – e sofre um mesmo tipo de esgotamento e crise. Apenas os tempos em que essas tendências foram se manifestando em cada formação social nacional parecem divergir.

1. Antecedentes

Portugal e Espanha esperaram décadas até que pudessem tomar posse da América. No começo da epopéia do descobrimento, os dois países imaginavam estar alcançando a conquista de rotas mais curtas e seguras em direção aos tesouros de além mar. Na medida em que a realidade foi sendo completamente percebida, os objetivos da colonização tiveram que ser alterados no sentido da constituição de alguma forma de

¹ Como procurei demonstrar em outro trabalho (FARIA, 2001), os sistemas econômicos do Cone Sul seguiram uma trajetória histórica em que podem ser identificadas as mesmas duas tendências presentes na evolução das economias capitalistas maduras, de um lado o desenvolvimento das propriedades de individualização, auto-referência e autoprodução e, de outro, a mudança de sua dimensão espacial.

empreendimento economicamente sustentado nas novas terras. O estabelecimento de atividades econômicas locais vinculadas à circulação do valor na metrópole foi uma construção demorada de décadas ou séculos, dependendo das circunstâncias temporais ou geográficas encontradas pelos colonizadores. Como não poderia deixar de ser, os primórdios dessa economia colonial americana vinculada ao circuito de valorização do capital mercantil metropolitano envolveram uma diminuta fração do território continental, as minas do Peru e do México, as plantações canavieiras do Brasil e alguns entrepostos nas rotas do Caribe e do Prata.

A dimensão espacial e suas implicações no que respeita à dinâmica econômica do processo de colonização foram agudamente percebidas por Furtado (1959) quando estudou as diferenças entre as colônias de povoamento do hemisfério norte e as colônias de exploração no sul. Da mesma forma, este autor incorporou uma visão da natureza dos sistemas econômicos capitalistas que foi compartilhada com o grupo de pensadores vinculados à CEPAL (PREBISCH, 1949), que passou para a história do pensamento econômico com o nome de estruturalismo e que identificava o reforço das fronteiras e a construção de um mecanismo dinâmico endógeno como passos necessários à continuidade do seu desenvolvimento. À luz das categorias teóricas adotadas neste trabalho, sua formulação pode ser interpretada num sentido muito específico: os estágios de desenvolvimento superiores desses sistemas econômicos só poderiam ser alcançados **após** um *take off* autopoietico. Uma preocupação que percorre a maior parte da obra de Celso Furtado, assim como a de Raul Prebisch e dos demais formuladores do pensamento da CEPAL em suas primeiras décadas, é a internalização dos circuitos de reprodução e realização do valor nas economias latino-americanas.² Em outras palavras, tratam-se das propriedades autopoieticas de autoprodução, auto-referência e fronteiras.

No primeiro caso, o das colônias de povoamento, formaram-se economias de subsistência autocentradas, com um grau de dependência cada vez menor em relação a fornecimentos das metrópoles. Sua trajetória prospectiva foi absolutamente diversa das colônias de exploração, totalmente extrovertidas e dependentes de fornecimentos metropolitanos para completar seu ciclo de reprodução. A trajetória dessas colônias de

² Neste sentido, a análise estruturalista converge com aquela de inspiração marxista que tratou do chamado desenvolvimento desigual. Ver a respeito Mantega (1984) e Lipietz (1985) que discutem essas teses, além dos originais, que vão desde Lenin, Hilferding e Bukharin até Samir Amin, Arghiri Emanuel, Cardoso e Faletto ou Gunder Frank.

povoamento foi, em larga medida, similar àquela das economias locais e regionais européias descrita por Braudel (1979) no caminho da ampliação da dimensão espacial de seus mercados, integrando as vizinhanças e incorporando novas áreas.

Diferente foi o caso das áreas mais ao sul, onde o tipo de colonização foi o de exploração e lhes obrigou a estar integradas ao circuito de valorização do capital da metrópole. Por essa razão, tais economias desde o início tiveram uma dinâmica dependente do movimento de um centro que lhes era externo. Embora tenham estabelecido vínculos locais que parcialmente viabilizassem sua reprodução – como no caso da economia canavieira do nordeste brasileiro, associada à pecuária do semi-árido, ou da economia mineradora das Gerais e sua vinculação com a pecuária do sul brasileiro – , em decorrência da realização no exterior de uma parcela colossal de seu valor,³¹ os sistemas econômicos instituídos pelas colônias de exploração americanas nunca passaram de subsistemas absolutamente dependentes dos sistemas econômicos metropolitanos com escassas ramificações locais, desenvolvendo-se como ilhas ou enclaves incrustados no continente.

O processo de independência acabou reafirmando essas diferenças regionais, na medida em que desfez o projeto bolivariano da unidade sul-americana e teve como resultado a divisão da América Espanhola em vários países. Mesmo no caso da América Portuguesa, ainda que o Império do Brasil tenha logrado com êxito construir uma unidade política nacional às custas de muito sangue, no plano das relações econômicas essa unidade só foi surgir depois dos anos 30 do Século XX. Até então, da mesma forma que os vizinhos de fala castelhana, o Brasil fora um arquipélago de sistemas econômicos regionais com uma dinâmica dependente do mercado externo e com frágeis vínculos de integração local constituídos pelo fornecimento de uma parcela de seu consumo intermediário ou da reprodução da força de trabalho pelas estruturas produtivas de subsistência que lhes eram limítrofes. A reprodução desses sistemas exportadores permaneceu sempre dependente da realização do valor no mercado internacional. Mesmo no caso da reiteração de seus vínculos locais, esta dependia de uma capacidade de pagamento unicamente obtida através das exportações.

³¹ Para o caso da economia canavieira nordestina Furtado (1959) estimou em apenas 10% a fração do valor realizada internamente à colônia, entre consumo intermediário e rendimentos de trabalho gastos localmente.

A autonomia política conquistada com a libertação das colônias americanas teve um significado econômico importante mesmo que as relações de dependência e extroversão das economias locais tenham permanecido. Além da eliminação do entreposto colonial, como assinalam Furtado (1959) e Novais (1979), o que aumentou a parcela do excedente apropriada pelos agentes econômicos nativos, mais importante foi o estabelecimento da independência monetária pela criação de meios de pagamento emitidos pelos Estados americanos. Sua importância foi assinalada por Mello (1982) quando chamou atenção ao fato de que, desde então, os lucros dos empresários exportadores eram realizados na moeda local, forçando a que, pelo menos uma parte destes, fosse gasta dentro do país. Mais ainda, a nova circunstância da independência monetária implicou o estabelecimento de um Balanço de Pagamentos e, conseqüentemente, do histórico constrangimento cambial das economias latino-americanas.

A independência é um momento importante em relação a dois aspectos decisivos para a análise levada adiante neste trabalho sobre o processo de desenvolvimento dos sistemas econômicos do Cone Sul da América. Primeiro, porque significou uma definição do espaço político em relação ao qual as estruturas econômicas herdadas do período colonial tiveram necessariamente que adequar suas dimensões territoriais. Segundo, e muito fortemente em função da instituição das moedas nacionais, os sistemas econômicos locais começaram a estabelecer uma individuação delimitada por fronteiras. Em outras palavras, o espaço dos mercados nacionais foi estabelecido pelos limites, de um lado, da soberania política, a qual estabelece que atores sociais influenciam na criação das instituições reguladoras da vida econômica e, de outro lado, da soberania monetária, o direito de estabelecer o curso forçado da moeda. Embora sua concretização tenha demorado ainda mais de cem anos para se consolidar desde aquelas primeiras décadas do Século XIX em que o colonialismo ruiu em quase toda a América Latina, os requisitos políticos e institucionais para tanto foram então lançados.

A etapa seguinte desse processo foi um movimento que se desdobrou desigualmente nos países do continente: a constituição de sistemas econômicos nacionais autocentrados e auto-referenciados. Tais sistemas se construíram com base na internalização de esquemas de reprodução dentro dos limites da dimensão espacial do território político das novas nações.

No que respeita à tendência à aceleração do tempo, a comparação entre a etapa colonial e sua duração de quase três séculos e o período primário-exportador após a independência em que se realizou a consolidação das fronteiras dos sistemas econômicos nacionais e que teve a duração de pouco mais de um século, mostra a repetição do fenômeno na região. Essa tendência persiste no período seguinte, como será visto mais adiante, período da industrialização e do nacional-desenvolvimentismo, que teve uma duração de pouco mais de meio século ou nem isso nos países da região.

Diferentemente do Brasil, um caso típico de colônia de exploração, os três países de língua espanhola assinantes do Tratado de Assunção que criou o Mercosul – Argentina, Paraguai e Uruguai– tiveram um passado colonial ligado aos interesses estratégicos e logísticos da coroa espanhola em garantir rotas de abastecimento e escoamento para manutenção da colônia de exploração mineira nos Andes.³ Não é exatamente o caso de uma colonização de povoamento, embora algumas características desse tipo possam ser vistas, principalmente nos casos uruguaio e argentino. Entretanto, com o declínio da mineração no final do Século XVIII e, principalmente em razão do crescimento do comércio internacional impulsionado pela industrialização na Europa e América do Norte e sua crescente demanda por matérias-primas e alimentos, as atividades exportadoras também se desenvolveram no Cone Sul: a produção de erva-mate iniciada pelas missões guaraníicas no Paraguai, o couro, o charque e mais tarde a lã nas economias pastoris de Argentina e Uruguai (CANO, 2000, BECKER *et alii*, 2000, CAETANO e RILLA, 1998, RIVAROLA, 1998, ROMERO, 1994, HALPERIN DONGHI, 1987).

Uma segunda importante influência para o desenvolvimento dos sistemas econômicos do Cone Sul foram as diversas e intensas levadas de imigração ao longo do Século XIX e da primeira metade do Século XX. Em seus primeiros assentamentos, os imigrantes vieram reforçar as atividades econômicas de subsistência, o que inclusive acabou por permitir uma ampliação da pauta exportadora a partir dos excedentes dessas atividades (principalmente o trigo). Entretanto, no período entre 1870 e 1929, uma parcela cada vez maior desses fluxos migratórios vai se fixar no meio urbano e dar uma

³ Apenas para referir ao primeiro, e muito em função de sua dimensão geográfica, a maior parte da ocupação territorial e do povoamento por imigração foram realizados apenas após a independência, tendo como seu momento decisivo o episódio que entrou para a história como “la conquista del desierto”, que realizou a incorporação das terras indígenas do sul à economia platense.

contribuição decisiva para o primeiro surto de industrialização da região, principalmente como mão-de-obra com aptidão para o trabalho fabril, mas também com algum capital.

Após a independência, o segundo momento decisivo, tanto para o desenvolvimento de propriedades autopoieticas, quanto para a conformação da dimensão espacial dos sistemas econômicos do Cone Sul foi o advento da indústria. Há uma grande convergência entre os autores ⁴ sobre a relação entre os ciclos da economia exportadora, com seu ritmo de acumulação acelerado e suas recorrentes crises cambiais, e o “vazamento” de capital de propriedade de empresários ligados às exportações no sentido de uma diversificação de seus investimentos dirigidos para aplicações na indústria, decisivo para o surgimento desse novo setor nos sistemas produtivos locais. Nas fases ascendentes do ciclo, a expansão da produção era insuficiente para absorver todo o excedente acumulado, ao mesmo tempo em que a elevada elasticidade renda das importações precipitava dificuldades para o Balanço de Pagamentos. A combinação desses dois fatores acabava direcionando o capital excedente das atividades exportadoras para investimentos na indústria. Essa foi a origem do capital industrial, que encontrou, principalmente nos imigrantes europeus, o trabalho⁵ com o qual pudesse se combinar para realizar um novo e decisivo passo no desenvolvimento dos sistemas econômicos regionais, a internalização da produção de bens de consumo industriais, alargando as fronteiras desses sistemas. Este alargamento apresentava tanto um aspecto qualitativo, a autoprodução de uma variedade maior de seus componentes de reprodução, quanto quantitativo, a ampliação de suas fronteiras, quer na direção da interiorização, quer na direção de uma maior densidade de valor, de população e das relações sociais.

O processo de urbanização e industrialização derivado da acumulação de capital a partir das exportações alcançou um desempenho extraordinário no caso da Argentina, um pouco menos intenso no caso do Uruguai⁶ e, embora com uma enorme diferença em

⁴ Desde os patronos, como Prebisch e Furtado, diversos autores têm estudado o papel dos excedentes das exportações na acumulação originária do capital industrial latino-americano. Para citar alguns dos mais importantes para esta tese, ver, por exemplo, Silva (1976), Bértola (1991), Cano, (2000), Becker *et alii* (2000) ou Mello (1982).

⁵ Como coadjuvante, já mencionado acima, houve importantes investimentos estrangeiros, principalmente em infra-estrutura (transportes, comunicações e obras urbanas), mas também da parte de burgueses imigrantes na indústria de transformação.

⁶ A diferença em relação ao Uruguai, que para o demais tem marcadas semelhanças com a Argentina, resulta, tanto da escala mais de uma dezenas de vezes menor de sua economia em relação aos dois

termos de renda per capita, uma escala absoluta significativa no Brasil. O caso notoriamente destoante é o do Paraguai. Após a tragédia histórica que foi a Guerra da Tríplice Aliança (entre 1864 e 1870), que só teve fim após o genocídio de mais da metade da população daquela país, o sistema econômico que se organizara após a independência da antiga Nação Guarani foi completamente arrasado, com a destruição da indústria local e mudança da estrutura agrária através da introdução do latifúndio e do desmonte do setor produtivo estatal. Isto tudo aconteceu entre o fim da guerra e 1886, justamente às vésperas deste período de crescimento para a região de que vimos falando (RIVAROLA, 1998). Depois desse episódio extremo, o Paraguai vegetou em uma quase estagnação que perdurou por cerca de um século (ARCE, 1990).

A dinâmica econômica, entretanto, e em que pese esse maior grau de internalização da produção de seus esquemas de reprodução, permaneceu dependente do mercado externo para os produtos de exportação. As oscilações dessa demanda, em função, tanto do ritmo de crescimento das economias centrais, quanto de episódios como as duas guerras mundiais, combinadas com a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio e as diferenças de elasticidade entre importações e exportações, além do também crônico problema do endividamento, produziram uma restrição cambial permanente. A industrialização surge como saída para um crescimento econômico que se vinha apresentando como inviável, problemática que aparece como ferida aberta na crise de 1929 (CEPAL, 1949, PREBISCH, 1963, FURTADO, 1959, OLIVEIRA, 1977).

2. O sopro da modernidade

O período iniciado com a primeira década do Século XX, e que se seguiu até os anos 30, foi marcado por mudanças institucionais e econômicas decisivas para conformar o modo de desenvolvimento que predominou na região durante a maior parte do século. Um modo de desenvolvimento que, como será visto adiante, guarda tanto grandes parecenças quanto enormes diferenças em relação ao seu congêneres predominante na Europa Ocidental e na América do Norte, o que lhe fez merecer o apelido polêmico de “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1985, CONCEIÇÃO, 1989b,

grandes vizinhos do norte e do sul, quanto de não ter alcançado constituir sinergias de vizinhança que lhe favorecessem, como aconteceu com vários pequenos países europeus (BECKER *et alii*, 2000, CAETANO e RILLA, 1998). Para que isto tivesse ocorrido, como será visto mais adiante, o processo de integração latino-americano precisaria ter acontecido com décadas de antecedência, conforme vislumbrara Prebisch (1963).

FARIA, 1996a). O desenrolar dessas profundas modificações teve uma dimensão jurídico-política de construção das formas institucionais que iriam compor um novo modo de regulação para as economias da região, a vigorar até os anos 70, e uma dimensão propriamente econômica, na qual o movimento até então quase subterrâneo de urbanização e formação da indústria conforma uma novo regime de acumulação de bases endógenas, encerrando a etapa primário-exportadora e abrindo a trilha da substituição de importações.⁷ Nos dois diferentes planos, tratou-se da constituição de um regime de acumulação com características muito semelhantes à acumulação intensiva dos países centrais e de um modo de regulação com grande similitude em relação à regulação monopolista dos países desenvolvidos. Além do significado econômico, que importa mais diretamente aqui, as reformas desse período vão criar as primeiras instituições com conteúdo de modernidade responsáveis pela transição das velhas repúblicas oligárquicas e autoritárias para Estados democráticos de direito. Como se sabe, esse foi um longo processo apenas consolidado nos anos 80.

A temporalidade dessas mudanças foi bastante diversa na região. O pioneirismo ficou por conta do Uruguai com as reformas da Era Batllista (1904-31), em especial da relação salarial – a limitação da jornada de trabalho em oito horas e a inauguração do sistema de seguridade social, educação pública, etc. –, mas também das demais formas institucionais. A restrição monetária muda em razão da nacionalização do Banco de la República; a forma do Estado, através da estatização e nacionalização de serviços públicos e da infra-estrutura (ferrovias, energia); e a forma da concorrência, com a restrição dos monopólios britânicos e a taxação dos latifúndios (CAETANO e RILLA, 1998, BECKER *et alii*, 2000).

Na Argentina, o marco das transformações é o governo de Hipólito Yrigoyen, iniciado em 1916, embora alguns avanços sejam anteriores (como o Departamento de Trabajo, de 1904), que inaugura uma era de governos radicais estendida até 1930. Mesmo sem mudar muito a relação salarial, que permanece um “caso de polícia”, inaugura-se uma nova era para a forma da concorrência, com políticas de fomento industrial e proteção aduaneira; nova era também para a forma do Estado, com a adoção

⁷ A expressão substituição de importações já sofreu reservas de alguns pesquisadores, a exemplo de Conceição Tavares (1972). Não vou usá-la em um sentido muito específico, mas como sinônimo do estilo de desenvolvimento latino-americano engendrado pelo nacional-desenvolvimentismo e que

de uma atitude intervencionista em relação à economia. Após um interregno conservador, o caminho das mudanças é retomado em 1943, então sob a condução do peronismo e tendo como foco central a relação salarial. É quando se inicia o que os conservadores de toda a América vão apelidar de “república sindicalista”.

O Brasil, por seu turno, experimentou a onda reformista mais tarde, apenas após a Revolução de 30.⁸ Mesmo que as condições políticas tenham se transformado naquele ano, antes de seguir seu programa de mudanças, o novo governo precisou primeiro articular a reação à crise instalada desde 1929, reação que, como mostrou Furtado (1959), passou por um programa de sustentação da atividade exportadora com vistas a recuperar o nível de renda da economia. Só depois da reversão do quadro econômico e da consolidação da autoridade do novo governo em 1937, as reformas foram iniciadas. A forma do Estado se modifica com o início do planejamento e a instituição do setor produtivo estatal nas áreas de insumos básicos e infra-estrutura; muda a forma da concorrência com o início das políticas de fomento e proteção à indústria nacional; a restrição monetária se altera com o abandono definitivo do padrão ouro; e a relação salarial é fundada em novas bases e submetida à tutela do Estado a partir da instituição do salário mínimo, da criação do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho.

Todo esse período de mudanças sociais, econômicas e políticas vai proporcionar as condições necessárias para uma transformação qualitativa dos sistemas econômicos da região no sentido do desenvolvimento das propriedades de auto-referência e autoprodução, seguindo os passos percorridos pelos sistemas capitalistas maduros ao adquirirem suas características autopoieticas. A partir do novo arranjo institucional resultante do período de reformas, uma nova etapa do desenvolvimento econômico se inaugura, o nacional-desenvolvimentismo e sua estratégia de industrialização por substituição de importações.

também recebeu o apelido de “*desarrollo hacia adentro*”. Embora concorde com as restrições referidas, o termo acabou por se consagrar no sentido em que o emprego neste trabalho.

⁸ Como já foi referido, a trajetória do Paraguai foi bastante diversa. Após o “esvaziamento” que sucede à Guerra da Tríplice Aliança, a reconstrução do Estado e da sociedade civil daquela país acaba por se cristalizar nas ditaduras militares surgidas a partir de 1936. Sua sustentação vinha de bases sociais um tanto rarefeitas: as oligarquias estabelecidas após a derrota de 1870, beneficiárias das privatizações de terras e bens públicos impostas pelos vencedores, e das massas populares “disponíveis” em razão de seu único elemento de identidade, o sentimento da nacionalidade (ARCE, 1990).

Essa novidade, entretanto, como mostrou Furtado (1959) , só pode se afirmar depois da crise da economia primário-exportadora provocada pela Grande Depressão de 1929. E isso em razão de, nos interstícios do sistema econômico herdado do período colonial, uma alternativa estar se gestando na forma da atividade industrial, o que fez possível a reação produtivista à abrupta queda da demanda pelas exportações do continente. A redução da capacidade de importar decorrente criou um ambiente favorável à incipiente indústria local para ocupar o espaço vazio de oferta de bens de consumo industrializados para o mercado interno. Foram esses os pressupostos do período de crescimento acelerado que tem início em algum ponto da década de 1930 e se estende até os anos 1970 ou mais, conforme as peculiaridades de cada trajetória nacional.

3. O desenvolvimentismo e sua crise

3.1. O novo padrão de desenvolvimento

Os países capitalistas mais desenvolvidos viveram um idade de ouro de crescimento acelerado entre o final da II Guerra Mundial e o início dos anos 1970 (MARGLIN e SCHOR,1990), fato que também se repetiu na América Latina, mais ou menos na mesma época. No novo continente, entretanto, e com o Brasil em primeiro lugar, o desempenho medido nas taxas de crescimento das economias foi superior ao dos países centrais. Além desse desempenho quantitativo, o período histórico que veio a ser conhecido como do desenvolvimentismo ou da substituição de importações, e que em geral aconteceu sob regimes políticos populistas,⁹ abriu uma nova etapa – também no que se refere ao aspecto qualitativo – para a vida dos sistemas econômicos da região.

⁹ O *mainstream* da ciência econômica promoveu um revisionismo desavisado e fundado em generalizações apressadas da história latino-americano que tem como uma de suas pérolas o conceito de “populismo econômico”, apelido de toda e qualquer condução da política econômica que não tenha adotado uma imagem de confiabilidade diante dos investidores internacionais (leia-se austeridade fiscal, redução da inflação e pagamento da dívida externa) como meta prioritária, especialmente aplicado àquelas vigentes entre os anos 70 e 80 (DORNBUSCH e EDWARDS, 1991). Com isso, não apenas mistura situações e intenções absolutamente díspares, como cria confusão com um conceito absolutamente preciso construído pela ciência política latino-americana para a análise de fenômenos históricos bem identificados. A saber: os regimes políticos promotores de um desenvolvimento industrializante e de bases endógenas que reuniam as características de uma liderança carismática, um ambiente de insuficiente desenvolvimento e fragilidade das instituições democráticas, a ascensão política das classes populares urbanas e uma relação de subordinação destas à direção do Estado (WEFFORT, 1978).

Para resumir em uma palavra, essa mudança qualitativa aconteceu em razão do deslocamento do elo dinâmico do sistema econômico de extrovertido para endógeno.

Como este é um ponto central em minha linha de raciocínio, vou discorrer um pouco mais sobre ele, sempre ressaltando o nível de aprofundamento que o grau de abstração em que venho desenvolvendo este trabalho requer, isto é, efetuando recortes pontuais que captem apenas os aspectos do desenvolvimento econômico da região mais relevantes para o argumento. Na seção anterior, fiz referência ao conjunto de transformações institucionais ocorrido desde o começo o século, que se desenrolou até os anos 40 e dotou os sistemas econômicos regionais de um embrião, desenvolvido subseqüentemente, das formas estruturais que vão garantir a regulação de conjunto responsável pela estabilidade do novo regime de acumulação vigente entre os anos 40 e 80 do Século XX. Durante esse período, ocorreu uma aceleração do processo de industrialização, consolidou-se a tendência de transição demográfica no sentido da urbanização¹⁰ e empreendeu-se um novo ciclo de expansão econômica no qual a dinâmica passou a responder predominantemente aos movimentos da demanda interna.

A mudança da forma do Estado, no centro das demais transformações institucionais referidas, foi decisiva para a consolidação da nova etapa de substituição de importações, na medida em que intensificou a tendência à industrialização já em curso com o recurso da ação estatal dotada de intencionalidade e planejamento.¹¹ Os regimes políticos com traços mais ou menos populistas predominaram em ambientes, também oscilantes entre democráticos ou abertamente ditatoriais, vigentes no período, e produziram uma característica de forte marca em toda a América Latina: a de patrocinar o novo fazendo escassa ou nenhuma oposição ao velho. A economia primário-exportadora permaneceu protegida, principalmente pelo recurso da política cambial, em razão, tanto do peso político preservado pelas velhas oligarquias, quanto de sua funcionalidade ao gerar capacidade de importar e abastecimento ao meio urbano

¹⁰ Argentina e Uruguai já vinham de um predomínio do modo de vida urbano herdado do notável nível de renda per capita e complexidade social alcançado ainda durante a fase primário-exportadora de suas economias. O Brasil vai atingir essa condição mais tarde (década de 60) e o Paraguai, ainda depois.

¹¹ O mesmo tipo de revisionsismo histórico que criou o conceito de “populismo econômico” tratou de satanizar a política econômica voltada à substituição de importações (FRANCO, 1998). O descuido, a falta de rigor e as conclusões apressadas são os mesmos, apenas acrescidos da falta de originalidade, pois repetiu os mesmos argumentos já rebatidos por Roberto Simonsen no clássico debate dos anos 40 em que contestou o mito da “vocaçãõ agrícola” do Brasil.

(CEPAL, 1949). Ao mesmo tempo, com proteção tarifária, taxa de câmbio especial para suas importações e apoio da infra-estrutura dotada a bom preço pelo Estado, a nova atividade industrial se consolidava na liderança da estrutura econômica (ROMERO, 1994, CAETANO e RILLA, 1998, FURTADO, 1959, MANTEGA, 1984).

A indústria, que nascera atendendo a um mercado de consumo preexistente, vai encontrar no período da Segunda Guerra Mundial e nas décadas seguintes um ambiente internacional extremamente favorável. A redução da concorrência internacional em função da guerra se estendeu durante toda a reconstrução da Europa e do Japão. Mais ainda, o novo modo de desenvolvimento que então se afirmava, o fordismo, reduziu o grau de extroversão dos sistemas econômicos ao basear sua dinâmica no mercado interno de massas garantido pela nova forma da relação salarial (AGLIETTA, 1976) e, assim, criando um alternativa para a busca da expansão através da conquista de mercados exteriores que esteve na raiz do imperialismo clássico e das grandes guerras mundiais. A disputa imperialista por novos mercados cedia lugar ao novo ambiente internacional da Guerra Fria, em que as nações candidatas a potências internacionais buscavam conquistar espaços e constituir sua hegemonia através de ações políticas da qual faziam parte as ajudas ao desenvolvimento (KINDLEBERGER, 1973, COX, 1986).

A ascensão ao poder de novas forças políticas apoiadas em grupos sociais urbanos emergentes – desde as camadas médias e a burguesia industrial até o operariado e outros setores populares – e seus compromissos com as antigas oligarquias engendraram uma segunda e importante característica do período desenvolvimentista: uma relativa autonomia do Estado frente às contradições sociais que lhe permitiu não apenas incorporar, como tornar-se o artífice principal do novo projeto de desenvolvimento nacional. No campo da política externa, o novo ambiente institucional propicia a substituição do alinhamento aos Estados Unidos, herdeiro da antiga dependência inglesa, por um pragmatismo que explorava as contradições entre as grandes potências em proveito dos projetos nacionais.¹²

¹² O exemplo mais notório dessa nova política externa foi a ambigüidade, que levou as diplomacias argentina e brasileira, durante a II Guerra, a estarem próximas inclusive de uma adesão ao Eixo, um movimento que tinha o intuito de explorar vantagens econômicas em troca de suas alianças internacionais.

O novo modo de desenvolvimento baseado na industrialização teve, na região, graus diversos de aprofundamento da internalização dos esquemas de reprodução – em termos autopoieticos, a autoprodução –, uma das características centrais do padrão industrial fordista então em vigor. Da mesma forma, como refiro a seguir, seus mecanismos dinâmicos também foram diferenciados. Algumas tendências, entretanto, se generalizaram, em especial o crescimento da participação do produto industrial no PIB; a diversificação horizontal da indústria com a abertura de novos gêneros, principalmente o metal-mecânico, o químico, o elétrico, material de transporte, etc., além do crescimento de gêneros já presentes no período anterior, como o da alimentação e o têxtil; a perda de participação relativa desses gêneros típicos do regime anterior no conjunto do produto industrial e a conseqüente predominância dos segmentos novos; a redução do coeficiente de abertura das economias e a diversificação do setor de serviços, especialmente nos segmentos financeiro, dos serviços públicos e da infraestrutura. Assim, as principais características do regime de acumulação intensiva se fizeram presentes nos sistemas econômicos mais importantes da região.¹³

Sabidamente o Brasil foi o país do antigo Terceiro Mundo que mais longe levou a construção de uma estrutura econômica similar àquela do fordismo, com o desenvolvimento de um setor de bens de produção bastante completo ao final dos anos 70.¹⁴ A Argentina, um sistema econômico com escala para seguir o mesmo caminho, teve seu ritmo de crescimento reduzido desde o começo daquela década, o que resultou num grau de completude de sua estrutura industrial no sentido fordista menor do que o brasileiro, mormente no segmento de bens de capital (CANO, 2000). Já o Uruguai, além de sofrer um ritmo desacelerado há mais tempo, ainda se confrontava com barreiras de tamanho que lhe impediam ir muito adiante (BECKER *et alii*, 2000), enquanto o Paraguai então apenas engatinhava na direção da industrialização, sem chegar a modificar sua característica estrutural de uma economia predominantemente rural (ARCE, 1990).

¹³ Em um estudo dedicado ao caso brasileiro (FARIA, 1996b), busquei demonstrar como, ao mesmo tempo em que superava o peso da agropecuária na determinação da dinâmica econômica, a indústria passava por uma profunda transformação interna que lhe imprimiu características muito semelhantes às do regime de acumulação intensiva vigente nos países de capitalismo maduro. Embora com um grau de desenvolvimento inferior, o mesmo percurso foi seguido por Uruguai e Argentina (BECKER *et alii*, 2000, CANO, 2000 e ROMERO, 1994).

No que respeita ao modo de regulação, enquanto o arranjo institucional argentino e uruguaio punha em destaque a relação salarial (ABOITES, *et alii*, 1995, MIOTTI, 1997), o que lhes colocava mais próximos do fordismo central, no caso brasileiro a relação salarial nunca teve um papel decisivo na dinâmica econômica e na hierarquia das formas institucionais. Por essa razão, o crescimento, que teve como fatores dinâmicos, no caso do Brasil, a extensão da substituição de importações ao setor dos bens de produção (CASTRO e SOUZA, 1985) e a urbanização (CARTIER-BRESSON, *et alii*, 1987) relativamente tardia em comparação com os vizinhos do sul, foi também impulsionado pela demanda das classes trabalhadoras urbanas, ainda que atingissem padrões de consumo muito inferiores aos dos dois vizinhos do sul.

A estratégia de substituição de importações necessariamente enfrentaria problemas de escala quando começasse a se estender para o setor de bens de produção, como já fora previsto pela CEPAL ao formular a proposta da integração latino-americana (CEPAL, 1940, PREBISCH, 1963), mas mesmo no que tange à dinâmica interna de cada país, chocou-se com um obstáculo que se mostrou intransponível no campo da política, a exiguidade dos mercados internos resultante da concentração da renda. Neste sentido, o mecanismo dinâmico da substituição de importações, e mesmo a ulterior iniciativa de integração econômica regional, podem ser vistos como processos de “fuga para a frente” (FARIA, 1998b).

Os resultados alcançados nessa etapa foram no sentido da interiorização dos esquemas de reprodução pela redução cada vez maior da necessidade de importação e pela endogeneização do mecanismo dinâmico através do deslocamento da demanda em direção ao mercado interno. Em decorrência desses dois movimentos, foram adquiridas, em graus diversos como já referido, as propriedades de autoprodução e auto-referência pelos sistemas econômicos da região. Esses dois movimentos aconteceram internamente em sistemas bem individualizados, cujas fronteiras já estavam estabelecidas pelo modo de desenvolvimento vigente anteriormente. Por esta razão, é possível aceitar a idéia de o desenvolvimento econômico no Cone Sul ter seguido, ainda que de forma incompleta, o percurso geral dos sistemas capitalistas mais maduros no sentido da aquisição das condições necessárias a um *take off* autopoietico.

¹⁴ Em razão da crise dos anos 80, alguns autores passaram a apontar a Coreia como sucessora do Brasil na condição de estrutura industrial mais desenvolvida da periferia. Uma análise dessa experiência aparece em Medeiros (1998).

Um balanço do período nacional-desenvolvimentista implica necessariamente a constatação de seu desigual aprofundamento em cada país e da interrupção relativamente precoce do processo, mas revela também o sentido que confirma as hipóteses centrais deste trabalho. No caso brasileiro, a fase de substituição de importações apresentou um desempenho em termos de crescimento superior ao do período anterior, circunstância que não se repetiu no Uruguai e Argentina (BÉRTOLA, 1996). De qualquer maneira, a marca maior é, inegavelmente, a de sua incompletude, e para a qual podem ser apresentadas três razões explicativas. Em primeiro lugar, os limites de escala que necessariamente só poderiam ter sido ultrapassados pelo processo de integração, o qual só foi apresentar progressos tardiamente. Em segundo lugar, os limites postos pela mudança da cena internacional, iniciada com a crise do fordismo e aprofundada pelas novidades da revolução tecnológica e da internacionalização capitalista (FARIA, 2001).

Em terceiro lugar, cabe mencionar os limites dinâmicos colocados pela concentração da renda que produziu, no aspecto que mais interessa aqui, não apenas insuficiência de demanda efetiva,¹⁵ mas também uma instabilidade política crônica em razão, tanto da pressão das classes populares por maior democracia econômica, quanto da intransigência das elites em ceder uma maior participação dos trabalhadores na distribuição da renda nacional. No Brasil, a disputa foi resolvida pelo golpe de 1964 que, diferentemente das demais ditaduras militares do Cone Sul, perseverou no caminho do desenvolvimentismo. No caso da Argentina e do Uruguai, os conflitos políticos acabaram por produzir uma paralisia econômica precoce, tendo por causa o fenômeno que Portantiero (1973) chamou “el empate”: as velhas oligarquias, aliadas à burguesia urbana, intransigentes na manutenção de sua parcela da renda nacional, mediam forças com as camadas populares, com o movimento sindical dos assalariados na vanguarda, mobilizadas e aguerridamente dispostas a ascender economicamente. O equilíbrio de poder que se originou perdurou por décadas e só foi resolvido, em favor das classes dominantes, através da violência sanguinária das ditaduras militares que tomaram o poder entre os anos 60 e 70.

¹⁵ O caso brasileiro está bem demonstrado em Tauile e Young (1991), embora sem a ênfase no conceito de demanda efetiva que fiz aqui.

No que respeita ao argumento deste trabalho, a hoje satanizada substituição de importações percorreu um caminho difícil e original na constituição de sistemas econômicos delimitados, auto-referenciados e capazes de produzir seus elementos constituintes, seguindo assim os mesmos passos dos países capitalistas maduros na construção das características autopoiéticas de suas economias. Essa trajetória, entretanto, antes de se interromper por força dos limites de um suposto artificialismo, como quer fazer crer o *mainstream*, esbarrou em limites internos aos quais a mudança da cena internacional nos anos 80 serviu como elemento de reforço. Foi a regressão da trajetória em direção ao *take off* autopoiético que causou a vulnerabilidade externa característica do período posterior.

3.2. Esgotamento e crise

O encerramento do período nacional-desenvolvimentista resultou tanto do esgotamento da estratégia de substituição de importações quanto da perda de dinamismo do regime de acumulação intensiva que a América Latina buscava implantar. A crise estrutural teve início no Uruguai onde, desde os anos 50, o coeficiente de importações não pode mais ser reduzido (BÉRTOLA, 1998) e continuou na Argentina, quando este país se defrontou com a impossibilidade de estender a substituição de importações ao setor de bens de capital (CANO, 2000). No Brasil, o projeto foi mais longe, alcançando a construção não apenas de um setor de bens intermediários, como nos vizinhos do sul, mas também de um setor de bens de capital, o que favoreceu sua extensão também no tempo, garantindo a continuidade do crescimento acelerado até 1980 (CASTRO e SOUZA, 1985). A partir de 1981, o esgotamento do modelo latino-americano, que já vinha sendo percebido desde antes por muitos pesquisadores através da análise de fenômenos não evidenciáveis pelos indicadores de conjuntura usuais, ficou literalmente escancarado no colapso do desempenho macroeconômico: crise do Balanço de Pagamentos, taxas negativas de crescimento do PIB e inflação elevada.

Uma segunda determinação desse esgotamento veio da outra linha de argumento central para este trabalho, a dinâmica espacial do sistema. O processo de substituição de importações recebeu um importante impulso da tendência imanente de ampliação da dimensão espacial do mercado (FARIA, 2001). Após a independência, a evolução dos sistemas econômicos pós-coloniais vai experimentar um estímulo dinâmico significativo do que no Brasil se chamou processo de integração nacional: a unificação dos diversos

subsistemas regionais em um único mercado nacional, com os conseqüentes ganhos de escala e produtividade decorrentes. Este processo, se teve um significado maior no Brasil e na Argentina, em razão de suas proporções territoriais, também ocorreu no Uruguai e Paraguai (CANO, 2000, BECKER *et alii*, 2000, ARCE, 1990), e corresponde àquela característica de expansão territorial do capitalismo apontada por Braudel e Arrighi. Seu efeito dinâmico, entretanto, ficou necessariamente limitado à expansão das fronteiras econômicas internas de cada país, limite este que só poderia ser transponível pelo processo de integração regional, ocorrido, no entanto, muito depois.

O encerramento dessa etapa da história econômica regional ocorreu cerca de meio século após sua deflagração em meio à crise dos anos 30, reafirmando a tendência de aceleração do tempo característica histórica do capitalismo. Comparado aos quase trezentos anos da etapa colonial e ao século primário-exportador, o cinquentenário do desenvolvimentismo confirma o padrão de maior velocidade nas transformações econômicas e sociais.

O fim do modelo de substituição de importações do fordismo periférico resultou de uma dupla determinação. Por um lado, como já foi dito, pelo esgotamento de seu mecanismo dinâmico relacionado à demanda efetiva, o esgotamento da possibilidade de substituição de importações, confrontado com os limites dados pela distribuição de renda e pelas fronteiras nacionais. A segunda determinação responde pela crise no lado da oferta, uma característica do fim do fordismo nos países centrais originada na redução dos ganhos de produtividade que compunham, ao lado do crescimento da renda real dos trabalhadores garantido pela relação salarial e pela forma do Estado, o “círculo virtuoso” daquele modo de desenvolvimento (AGLIETTA, 1976, BOYER, 1986, MARGLIN e SCHOR, 1990). Essa crise se reproduziu na periferia. Estudos sobre indicadores de variação da produtividade para as economias brasileira, argentina e uruguaia (BÉRTOLA, 1991, FARIA, 1996b, KATZ, 2000, KOSACOFF, 2000) mostraram uma tendência de redução desses incrementos que é compatível com os parâmetros apontados nas análises da crise do modo de desenvolvimento fordista para os países do I Mundo.¹⁶

¹⁶ O caso das economias do leste asiático foi diferente. Ali o regime de acumulação intensiva teve uma sobrevida em termos de produtividade em razão das inovações na organização do trabalho geralmente conhecidas como métodos japoneses de gestão ou toyotismo (CORIAT, 1993, TORRES FILHO, 1992, MEDEIROS, 1998).

O resultado, previsível, foi a taxa de lucro tornar-se declinante, um fator adicional a alimentar a instabilidade macroeconômica que toma conta da quase toda a América Latina nos anos 80. Como é sabido, essa instabilidade se manifesta na aceleração da crônica inflação latino-americana, além de responder pela redução de uma parcela decisiva da demanda global – o investimento –, manifesta na redução substancial da taxa de formação bruta de capital fixo. Mais ainda, a rigidez de estruturas tributárias arcaicas e o peso do endividamento do setor público fazem cair drasticamente os gastos de capital do Estado, deprimindo mais ainda o investimento. Todas as variáveis que se haviam combinado para impulsionar o crescimento no nacional-desenvolvimentismo começaram a apresentar desempenho negativo. Foi o fim de uma era.

4. A crise dos anos 80 e a mudança da estratégia econômica

Os anos 80 viram surgir sucessivas crises cambiais em toda a América Latina, e em especial no Cone Sul, muitas das quais em circunstâncias dramáticas de confronto com o sistema financeiro internacional; crises estas que podem ter suas raízes explicadas no esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e na alteração do padrão financeiro internacional resultante da quebra do sistema de Bretton Woods e da desregulamentação e internacionalização dos mercados financeiros que deu origem ao novo fenômeno da financeirização e internacionalização da riqueza.

Entretanto, uma pergunta a história deixou sem resposta. Será que, seja através da distribuição da renda, seja através da integração regional, ou da combinação de ambos, o desenvolvimento econômico da região poderia ter tido continuidade? Essas alternativas vinham sendo defendidas por setores sociais representativos das classes trabalhadoras, por movimentos populares, por intelectuais, pela própria CEPAL e por partidos de esquerda na região desde o período de crescimento acelerado nas décadas de 50 e 60, mas foram rechaçadas e combatidas pelas elites econômicas e sociais dominantes nos quatro países, como de resto em toda a América Latina, e, posteriormente, silenciadas pela força bruta dos crimes, da tortura e dos assassinatos das ditaduras militares.

Com a redemocratização nos anos 80, algumas dessas bandeiras que haviam sido erguidas pelas forças de oposição às ditaduras foram assumidas pelos regimes civis então chegados ao poder. As circunstâncias de desequilíbrio grave no Balanço de

Pagamentos, inflação acelerada e crise fiscal impunham limitações ao raio de manobra da política econômica, às quais pode ser creditada uma parte do insucesso das medidas então apelidadas de heterodoxas e que, de alguma forma, intentavam resgatar aquelas propostas. Entretanto, como já percebera Fiori (1995)¹⁷, também as formas institucionais haviam encontrado os limites de sua eficácia naquele período, o que se manifestou então na incapacidade de o Estado, hierarquicamente dominante no modo de regulação vigente, preservar seu papel de indutor do crescimento econômico. Os rumos da política econômica então implantada e que buscou fazer frente à crise, teve esta condicionante como fator decisivo em sua determinação.

4.1. A crise da regulação

Na medida em que, naquele momentos, estava em curso uma crise **da regulação** e não uma crise **na regulação**¹⁸, os mecanismos de recuperação disponíveis não podiam funcionar. Sob o ponto de vista da escola da regulação, as políticas ditas heterodoxas foram tentativas heróicas de revigorar formas institucionais irremediavelmente incapazes de funcionar, originárias de um modo de desenvolvimento já esgotado.

Na década de 80, a instabilidade macroeconômica passou a ser o tema dominante no debate econômico latino-americano, com o fenômeno inflacionário ocupando cada vez mais o seu centro, chegando a secundarizar as dificuldades do Balanço de Pagamentos. Nesse debate, a antiga clivagem histórica do pensamento econômico continental, que dividia ortodoxos e estruturalistas, foi bastante atenuada por um quase consenso em torno da idéia de que o arranjo institucional (forma da restrição monetária) de alguma maneira endogeneizara a oferta de moeda, tornando os instrumentos usuais da política monetária inócuos, o que exigia transformações profundas das instituições para poder-se combater a inflação com efetividade.¹⁹ A safra

¹⁷ Este trabalho, publicado em 1995, fora apresentado como tese de doutoramento à USP em 1984.

¹⁸ Uma crise **na regulação** acontece quando o sistema é capaz de por em funcionamento de forma efetiva mecanismos de recuperação “automáticos”, dando oportunidade a que um retorno do crescimento possa ter lugar sem que nenhuma mudança institucional seja necessária. Já uma crise **da regulação** ocorre quando a recuperação automática não é mais possível, sendo necessária uma mudança institucional para que o desenvolvimento possa ser retomado (BOYER, 1986, CONCEIÇÃO, 1989a).

¹⁹ Discuti mais profundamente essa questão em Faria (1995), onde citei alguns exemplos dessa convergência, como as análises de Brandão (1991) e Fraga Neto (1987), dois autores de formação ortodoxa que, naqueles trabalhos, transferiam para um distante longo prazo a efetividade dos modelos macroeconômicos neoclássicos.

de planos de estabilização daquela década, dos quais o Austral argentino e o Cruzado brasileiro são as experiências mais significativas, combinava intervenções na forma de funcionar dos mercados monetário e financeiro (congelamento de depósitos, proibição da indexação, suspensão de algumas modalidades de operações financeiras) com intervenção no mecanismo de formação de preços (congelamento). Algumas iniciativas adicionais em relação à dívida externa (moratória) também foram acionadas quando se identificava um mecanismo de alimentação da “ciranda financeira” relacionado ao constrangimento externo (FARIA, 1995).

De toda essa vasta experiência teórica e prática vou reter como contribuição ao argumento deste trabalho a já mencionada idéia de crise da regulação; idéia que aponta uma limitação àquelas tentativas de política econômica e que não fora percebida por seus implementadores: **a falência do modo de regulação desaguava necessariamente na impossibilidade de sua restauração na medida em que o regime de acumulação estava esgotado.** Para os neoclássicos esta problemática não tem estatuto teórico, na medida em que sua teoria do crescimento incorpora como variáveis relevantes apenas os fatores de produção (mobilização e uso, produtividade, etc.), ficando as questões institucionais, quando admitidas relevantes, circunscritas ao nível da macroeconomia *strictu senso* (estabilidade de curto prazo). Por seu lado para os heterodoxos, e principalmente aqueles herdeiros da tradição estruturalista – embora dessem estatuto teórico à problemática institucional quando abordavam o crescimento –, o esgotamento da substituição de importações e do Estado desenvolvimentista não estava posto de forma definitiva (FIORI, 1995).

Conforme vimos argumentando, a grande crise dos anos 80 tem duas dimensões, o esgotamento do regime de acumulação intensivo – cuja versão no Cone Sul foi a industrialização por substituição de importações – e a crise do modo de regulação monopolista, que teve como expressão latino-americana o arranjo institucional desenvolvimentista. Uma vez que o esgotamento da substituição de importações já foi tratado, visto que fez parte da conjuntura dos anos 70, falta abordar a crise desse modo de regulação peculiar ao desenvolvimentismo, e que se expressou com toda sua intensidade na agonia da moeda e na inflação.

A análise dessa crise ressalta uma diferença entre, de um lado Brasil e, de outro, Uruguai e Argentina, no que diz respeito ao papel da relação salarial na regulação de conjunto do sistema. A maior extensão da influência política dos trabalhadores nos

países do sul não só havia trazido a relação salarial a um posto de centralidade na hierarquia das formas institucionais (ABOITES *et alii*, 1995, MIOTTI, 1997) como fora responsável pelo “empate” que esteve na raiz da crise ainda nos anos 60 (ROMERO, 1994, BECKER *et alii*, 2000). Tanto a pressão da parcela do capital variável na renda como a instabilidade política decorrente da ascensão da mobilização dos trabalhadores erodiram a funcionalidade sistêmica da relação salarial. Entretanto, o efeito da redução do crescimento da produtividade teve, para além da secular intransigência oligárquica do empresariado, um papel decisivo na deterioração do ambiente institucional, na medida em que foi acompanhado pela queda das ditaduras nos anos 80, produzindo, da perspectiva capitalista, mais instabilidade, uma vez que proporcionava maior poder de pressão às organizações sindicais dos trabalhadores numa conjuntura de redução da taxa de lucro. A disfunção dessa forma institucional criou um obstáculo então intransponível para a continuidade do regime de acumulação. Os efêmeros espasmos de crescimento durante as ditaduras respondiam ao movimento de recuperação dos lucros em razão da quebra da relação salarial.

Por outro lado, um processo que adquiriu centralidade principalmente no Brasil, em razão da secundariedade da relação salarial no país, fazia o Estado desenvolvimentista entrar em agonia. Num primeiro momento, como crise fiscal e financeira na esteira do endividamento externo e da deterioração da restrição monetária, e, logo em seguida, como crise de governabilidade decorrente da erosão de sua legitimidade na medida em que avançava a redemocratização do Continente. A virtual paralisia do setor público que se instala, tanto em razão do peso considerável do setor produtivo estatal nos sistemas econômicos nacionais quanto da importância do dirigismo governamental sobre o setor privado, produziu um forte efeito depressivo nos sistemas econômicos da região. Na medida em que, apesar da reconquista da legitimidade política pelo retorno da democracia, a crise fiscal reduzia o raio de manobra dos Estados nacionais e a credibilidade face à comunidade financeira,²⁰ a regulação de conjunto, que tinha nessa forma institucional seu alicerce mais sólido, não mais podia operar.

²⁰ Nessa circunstância, o fenômeno da hegemonia do capital dinheiro no contexto da mundialização do capitalismo (FARIA, 2001), fragilizava de modo definitivo a forma institucional do Estado.

Ao mesmo tempo, a forma da concorrência, que se estruturara ao redor dos conglomerados monopolistas e suas redes de fornecedores e clientes protegidos pelas políticas industrial, agrícola, fiscal e financeira dirigidas pelo Estado e com o suporte decisivo das barreiras aduaneiras típicas da substituição de importações, entrava em contradição com a onda mundial de inovação tecnológica que, então, começava a desenhar um novo regime de acumulação sucessor do fordismo. No ambiente institucional vigente, as firmas reagiam ampliando a ociosidade dos mesmos sistemas produtivos – aumentando a defasagem de produtividade em relação ao centro – e elevando suas margens, alimentando a instabilidade inflacionária.

4.2. A crise da acumulação

A longa crise dos anos 80, que veio interromper a trajetória de desenvolvimento anterior e foi provocada pelo esgotamento da industrialização por substituição de importações, teve também como resultado afetar algumas das características do sistema econômico mais relevantes para o argumento deste trabalho. Em primeiro lugar, o esgotamento da substituição de importações impediu os sistemas econômicos da região de levarem mais adiante o desenvolvimento da propriedade autopoietica da autoprodução, o que se manifesta na interrupção de seus processos de reprodução ampliada, traduzida na estagnação dos índices de crescimento (BÉRTOLA, 1996). Por outro lado, a fragilidade internacional, mormente financeira, e o peso do endividamento externo reduzem a efetividade das fronteiras nacionais, alterando a dimensão espacial do sistema e enfraquecendo suas propriedades de auto-referência. A trajetória evolutiva dos sistemas fora definitivamente modificada.

Os fenômenos e episódios históricos explicativos desse desempenho têm recebido a atenção de vários dos melhores quadros da ciência econômica internacional interessados nos problemas latino-americanos, os quais produziram uma extensa e fértil bibliografia, da qual recortei tão somente as contribuições mais diretamente relacionadas com a linha de argumento que venho desenvolvendo neste trabalho.²¹ A primeira delas diz respeito ao papel destabilizador desempenhado pela dívida externa, que acabou inviabilizando a reprodução dos sistemas, na medida em que, não apenas

²¹ Minha gratidão para com todos esses autores, de quem muito aprendi, tanto em minha formação profissional quanto no trabalho de elaboração deste trabalho, é representada de forma bastante

desviou para o exterior uma fração significativa da poupança nacional, como comprometeu estruturalmente a estabilidade do Balanço de Pagamentos dos países da região, com pesados lançamentos devedores tanto na conta de serviços (juros) como na conta de capital (amortizações).

Essa circunstância implicou uma alteração significativa da dimensão espacial do sistema: a restrição externa acrescentava um constrangimento a mais para a continuidade da substituição de importações, tanto pela redução da capacidade de importar, quanto pela queda das taxas de investimento, principalmente do Estado, em razão da transferência de uma parte da poupança interna para o exterior. Além disso, e o mais importante, a trajetória em direção ao desenvolvimento da propriedade de auto-referência foi interrompida e o desempenho dinâmico dos sistemas passou a responder principalmente a determinações exteriores. Esse movimento pode ser creditado apenas parcialmente às transformações do modo de produção capitalista em escala mundial. Toda uma abundante bibliografia²² mostra como essas transformações se manifestam de forma diferente na diversidade dos sistemas econômicos nacionais, pois enquanto alguns países reforçam sua autodeterminação e suas redes de influência sobre outros – exemplo mais notório são os EUA – outros sofreram uma drástica redução de sua soberania econômica, grupo em que se inclui quase toda a América Latina entre os anos 80 e 90.

Da mesma forma, e seguindo a já referida tendência característica de todos os sistemas econômicos capitalistas, a dimensão temporal também sofre mudança nesta crise. O esgotamento da etapa desenvolvimentista ocorreu num prazo menor do que a metade da etapa anterior, a primário-exportadora. No primeiro caso, cerca de 50 anos (entre 1930 e 1980) e, no outro, mais de um século (do começo do Século XIX – independência – à crise de 1929).

Especificamente no caso latino-americano, os maus resultados obtidos pelas tentativas de enfrentamento soberano à crise nos anos 80, com recurso a medidas de política econômica não alinhadas com as recomendações ortodoxas do FMI e do Consenso de Washington, abriu espaço à guinada da década seguinte. Se uma parte da

incompleta nas referências bibliográficas usuais ao final do trabalho. Neste caso, com certeza, a justiça não é contemplada pelas regras acadêmicas.

²² Cito como exemplo, entre muitos de mesma qualidade e rigor científico, Tavares e Fiori (1998), Fiori (1999), Boyer, (1999), Cano (2000) e SELA (1999).

explicação desse fenômeno está no argumento de Fiori (1995) acerca da impossibilidade de um relançamento do regime de acumulação anterior, a pergunta sem resposta mencionada mais acima aponta a intransigência e o poder político das elites como decisivas para impedir uma tentativa de ampliar o horizonte da acumulação intensiva latino-americana no caminho da construção de um *welfare state* similar ao da Europa Ocidental e América do Norte, no qual o crescimento do consumo da massa sustentasse a dinâmica econômica por mais um ciclo de crescimento.

5. A capitulação nos anos 90

A grande novidade para os sistemas econômicos da região nos anos 90 foi a perda da soberania latino-americana no campo da política econômica. Os insucessos das tentativas de estabilização heterodoxas forjadas pelos economistas nativos²³ abriu caminho à capitulação diante das pressões dos bancos credores externos, do FMI e do governo norte-americano para a adoção do receituário do Consenso de Washington. Se o Brasil foi o último a aderir a essa onda avassaladora que varreu o continente, a Argentina esteve entre os primeiros, ao passo que Uruguai e Paraguai, por peculiaridades políticas internas e em razão de não terem sofrido crises inflacionárias tão agudas, nunca chegaram a adotar o receituário completo.²⁴ Entretanto, o cumprimento *in totum* do ajuste neoliberal por parte das duas grandes economias do Cone Sul acabou decidindo o destino da região como um todo.

Brevemente, o conjunto de medidas incluiu: 1. um acordo com os bancos credores para regularizar os pagamentos da dívida externa; 2. uma abrupta abertura comercial para quebrar a capacidade de formação de preços das empresas nacionais; 3. as privatizações, seja para incentivar o fluxo de capitais externos, seja para amenizar o desequilíbrio fiscal do Estado; e 4. a adoção de um regime cambial com paridade fixa ou estreita margem de flutuação, para ancorar o novo padrão monetário ao dólar, secundada por uma política monetária dura de redução da liquidez e juros elevados (FIORI, 1994, FARIA, 1998b, CANO, 2000). A adoção desse novo padrão de política

²³ Nos extensos debates dos anos 80 sobre inflação, muitos economistas que pouco depois acabaram por aderir ao Consenso de Washington, afirmavam envaidecidos diante das platéias de encontros acadêmicos e até na mídia, serem os maiores especialistas em inflação do Planeta.

²⁴ O caso uruguaio traz um exemplo interessante em relação a um dos itens do programa neoliberal, as privatizações. A Frente Ampla, agrupamento de partidos de esquerda de grande expressão política e

econômica operou uma transformação no modo de regulação no sentido de uma mudança na hierarquia das formas institucionais, guindando a moeda à posição dominante (ABOITES *et alii*, 1995, MIOTTI, 1997). Esse movimento estava em consonância com as transformações do capitalismo em escala mundial, onde a financeirização da riqueza cobrava centralidade à forma da moeda e prioridade a políticas deflacionistas como requisito à preservação do valor do capital em sua forma dominante, a monetária.

Além disso, a natureza de cada uma das formas institucionais foi alterada. A forma da concorrência resolveu sua contradição com a mudança tecnológica em curso sob a pressão da abertura comercial. As conseqüências foram, de um lado a retomada dos ganhos de produtividade do trabalho e redução dos diferenciais dessa em relação aos Estados Unidos (KATZ, 2000), principalmente na primeira metade da década e, de outro, o desmonte de ramos inteiros da estrutura produtiva – cujo exemplo mais extremo é o caso argentino²⁵ –, a desnacionalização e um processo de concentração e centralização do capital em grande escala (TAVARES e MIRANDA, 1999, KOSACOFF, 2000).

A relação salarial também se modifica. Depois de alguns tímidos passos no sentido da recuperação ou construção de alguns elementos de bem-estar, institucionalização das negociações salariais via sindicatos e ampliação da seguridade social garantida pelo Estado, realizados na esteira da redemocratização, o quadro mudou no período subsequente. Aumento da pobreza, concentração da renda e aumento do trabalho informal (CEPAL, 1997) surgem como resultado das políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e das reformas constitucionais nos campos da seguridade social, da tributação e da ordem econômica e do trabalho.²⁶ Além disso, o processo que vem sendo chamado de reestruturação produtiva – um de cujos aspectos é

eleitoral, fez submeter o projeto de desestatização à referendo popular, no qual o mesmo foi rejeitado.

²⁵ Talvez mais correto fosse chamar de caos a situação da indústria argentina nos anos 90, marcada por uma forte redução de sua participação no emprego e na geração de renda e uma regressão na composição do produto em direção aos setores tradicionais, de baixo conteúdo tecnológico e produtores de *commodities*, tendência também presente, embora em menor grau, no Brasil (TEUBAL, 1999, CANO, 2000, KOSACOFF, 2000).

²⁶ As reformas constitucionais brasileiras são um exemplo significativo dessa tendência. Apenas inscritos no texto maior do país pela Constituinte de 1988, muitas garantias sociais e trabalhistas das quais os vizinhos do sul se beneficiavam há décadas, não só não chegaram sequer a ser regulamentadas para entrar em vigor, como foram revogadas em poucos anos.

a mudança da forma da concorrência, mas que tem também uma componente na própria alteração do regime de acumulação – ao produzir baixo crescimento e um grande aumento do desemprego, reforça a deterioração da relação salarial. O efeito renda provocado pela queda da inflação em todos os países foi apenas passageiro, embora alguns desavisados tivessem visto o começo de um novo ciclo de crescimento sustentado.²⁷

A forma do Estado, em larga medida está no centro das mudanças da regulação, quer pela perda de centralidade, quer porque as transformações institucionais necessariamente têm de passar por ela. O sentido geral foi o desmonte do Estado desenvolvimentista e sua substituição por um arranjo, ainda pouco definido, de corte liberal. Para tanto, o setor produtivo e de infra-estrutura estatal foi vendido nas privatizações; o crédito público drasticamente reduzido, restando quase que apenas os instrumentos monetários e fiscais, de alcance limitado em razão da condução ortodoxa da política econômica; as políticas industrial, agrícola e de comércio exterior reduzidas a no máximo ações reativas e pontuais; além de se instituir um encilhamento fiscal sem precedentes com redução das despesas de investimento e com os serviços propriamente ditos,²⁸ esforço necessário a fazer frente aos custos financeiros do endividamento público. A mudança nas prioridades da política econômica, do crescimento para a estabilização, combinando um endividamento já elevado com juros reais altos, acabou por produzir, como será visto mais abaixo, o oposto do que era desejado, mais instabilidade.

Por fim, mas em primeiro lugar, mudou a forma da restrição monetária, não apenas ao assumir um papel central na regulação, subordinando as demais formas institucionais e deixando a posição apenas acomodadora que a moeda tivera no desenvolvimentismo, como adquirindo o novo papel de fulcro da estabilidade

²⁷ Um estudo patrocinado pelo Banco Central da Argentina (LANTERI, 1999) é exemplar desse tipo de miopia, da mesma forma que os argumentos de Franco (1998). A combinação de credibilidade externa (leia-se ingresso de capital especulativo), baixa inflação e crescimento do consumo interno foram vistas como suficientes para sustentar um projeto de crescimento de mais longo prazo. Sobre a deterioração do balanço de pagamentos, a incapacidade do sistema de crédito financiar a atividade produtiva, a baixa taxa de investimento doméstico e o encilhamento financeiro do setor público, nenhuma palavra. É uma macroeconomia unidimensional.

²⁸ A única exceção nesse encolhimento do setor público foi algum avanço nos gastos sociais na década (CEPAL, 1997), pequeno no Brasil e Argentina e maior no Uruguai e Paraguai, variando, respectivamente, de 19%, 17,7%, 18,7% e 3%, para 19,8%, 17,9%, 22,5% e 7,9% em relação ao PIB

macroeconômica. Nessa transformação, a ductibilidade do valor da moeda²⁹, que fora uma válvula de escape dos desajustes durante o desenvolvimentismo, após ter chegado ao seu extremo no limiar da hiperinflação, foi radicalmente abandonada em troca de um padrão monetário submetido a uma fantasia de estabilidade proporcionada pela âncora cambial. Mas como o domínio do capital dinheiro é o reinado extremo do fetiche do valor em sua forma mais abstrata, por algum tempo essa fantasia sustentou as relações econômicas.³⁰ Sua instabilidade veio a ser revelada pela fragilidade financeira externa, característica crítica das relações exteriores que estão a transformar a dimensão espacial dos sistemas econômicos na região (GONÇALVES, 1999, SELA, 1999).

O vendaval que varreu as formas institucionais da regulação acompanhou um movimento, ainda parcial e inconcluso, de mudança do regime de acumulação. Face às dificuldades para a continuidade da acumulação intensiva, confrontada com o bloqueio da reprodução ampliada em razão das já referidas limitações da demanda e queda da taxa de lucro, os agentes decisivos (a burguesia empresarial e os gestores da política econômica) põem em marcha o já referido processo de mudança no sistema econômico que se tornou conhecido como reestruturação produtiva. Um dos aspectos mais importantes desse movimento foi a substituição de fornecedores locais de bens de consumo durável, bens intermediários e, principalmente, bens de produção, por importações, o que, ao lado do acordo com os credores, foi causa de um crescente desequilíbrio dos balanços de pagamentos regionais. A isto se somou um forte movimento de desnacionalização da propriedade do capital na indústria e nos serviços, com iguais conseqüências negativas sobre as contas externas pelo crescimento das remessas de serviços de fatores (GONÇALVES, 1999).

entre 1990-1 e 1996-7 (CEPAL, 2000b). O agravamento da situação macroeconômica no final da década tende a reverter essa pequena melhora.

²⁹ Estou fazendo referência ao regime monetário vigente em toda a América Latina (e também no I Mundo, a exceção dos EUA antes de 1971) onde o valor da moeda é determinado pelo seu poder de compra em relação ao produto nacional bruto, relação esta em larga medida determinada pela combinação entre taxa de câmbio e política alfandegária. Nesta situação, a variação do valor da moeda (inflação) funciona como variável acomodadora.

³⁰ Entretanto, como afirmou Sir Dennis Robertson (1935), “o valor de um metal amarelo, originalmente escolhido para dinheiro porque estimulava a fantasia dos selvagens, é evidentemente algo inseguro e impróprio para servir de base ao nosso dinheiro e à estabilidade de nosso sistema industrial.” Os indicadores de *rating* adotados pelos investidores internacionais, em que pese a aparente cientificidade, são a forma moderna de gerar o mesmo tipo de crença no valor da moeda nacional, produzindo, como vários episódios recentes têm demonstrado, o mesmo tipo de insegurança causado pelo ouro no começo do Século XX (AGLIETTA e ORLÉAN, 1990, BOYER, 1999).

Essa chamada reestruturação produtiva, ou transformação produtiva, como disse a CEPAL (1994), envolveu muitos aspectos. Entretanto, para o argumento deste trabalho, vou focar apenas aqueles mais relevantes. Em primeiro lugar, a volta dos ganhos de produtividade resultaram quase que exclusivamente de rearranjos gerenciais e na organização do trabalho, com pouco impacto de novas tecnologias (FERRAZ *et alii*, 1995, FLIGESPAN, 1995), os investimentos seguiram baixos e o desemprego elevado, o que contrastou com taxas de crescimento maiores do que as dos anos 80 nos países do Cone Sul, as quais alcançaram desempenho um pouco superior à média continental (CEPAL, 2000).

A influência mais importante nesse processo de transformação produtiva veio da mudança na dimensão espacial dos sistemas, na esteira da abertura comercial e da desnacionalização. O enfraquecimento das fronteiras reduziu seu grau de autoprodução, na medida em que remeteu para o exterior a fabricação de itens indispensáveis à reprodução e à continuidade das estruturas econômicas nacionais, o que acabou se traduzindo na redução da participação da indústria no PIB (CANO, 2000, KOSAKOFF, 2000).³¹ Em decorrência, ao longo dos anos 90 vai se realizar uma marcha à ré no desenvolvimento dessa característica autopoietica dos sistemas econômicos regionais.

Além da regressão da autoprodução e do aumento da porosidade das fronteiras, outra característica autopoietica que se vinha desenvolvendo sofre notável retrocesso. O desmantelamento do Estado desenvolvimentista, a mudança do padrão monetário e a fragilidade financeira externa corroem os elementos de auto-referência dos sistemas regionais, num processo de perda de soberania econômica (MEDEIROS, 1998, GONÇALVES, 1999, CANO, 2000, FIORI, 2000). Para além do recuo na direção de um possível *take off* autopoietico, a perda da auto-referência deu-se em função de uma trajetória econômica que se vem mostrando insustentável justamente porque implica um agravamento da fragilidade externa que desestabiliza as economias da região.

³¹ Uma vez que a parcela da agropecuária também se reduziu, um vista apressada poderia confundir essa situação com o que alguns autores têm definido com o conceito de sociedades pós-industriais, aplicado a alguns casos do I Mundo. Entretanto, a semelhança é meramente das estatísticas, pois o peso relativamente maior dos serviços é muito mais fruto do fenômeno descrito como inchaço do terciário, típico do subdesenvolvimento conforme a literatura sobre crescimento o tem descrito, e que tem como causa a expansão do trabalho informal no meio urbano.

Se a raiz dessa fragilidade se assentou no endividamento externo, o pequeno crescimento das exportações³² para fora do continente, associado, por sua vez, ao enorme crescimento das importações resultante da liberalização comercial, produziram déficits comerciais crescentes que se somavam aos déficits da conta serviços resultantes, principalmente, dos pagamentos de juros da dívida. Os sistemas econômicos da região passaram a depender do errático afluxo de capital especulativo, característico dessa fase de mundialização capitalista (CHESNAIS, 1997), como forma de compensar os continuados déficits em transações correntes. Essa é a raiz da fragilidade financeira externa das economias latino-americanas (SELA, 1999).

O processo de integração regional que vem avançando no âmbito do Mercosul e foi impulsionado por um significativo crescimento dos fluxos de comércio no subcontinente teve em sua origem a intenção de afirmar a independência de seus participantes em relação à hegemonia mundial dos Estados Unidos. Hoje, entretanto, está condicionado pelas limitações criadas pela adoção de políticas macroeconômicas inspiradas no Consenso de Washington. As peças fundamentais das políticas de estabilização adotadas, combinando rigidez do câmbio, juros elevados, abertura comercial e compromissos pesados com os pagamentos da dívida externa geraram uma dependência de todos os países em relação aos fluxos financeiros externos que, por sua natureza, acabam por produzir o seu contrário, mais instabilidade.

O processo de integração veio trazer uma nova perspectiva, quer para a dimensão espacial, quer para a retomada da evolução em direção ao *take off* autopoietico dos sistemas econômicos da região. A profundidade da crise econômica, entretanto, indica que o sonho bolivariano de uma América unificada exercendo sua soberania em par de igualdade com as “grandes nações” continua tão ou mais distante do que quando foi sonhado há quase duzentos anos.

³² Houve um notável crescimento comercial no mercado continental sul-americano nos anos 90, crescimento que, entretanto, resultou mais da substituição de mercados externos pelo comércio intra-regional do que de um aumento significativo do total das exportações. De qualquer maneira, como os problemas cambiais de todos os países decorrem da relação com o dólar, o comércio regional pode, nas circunstâncias atuais, no máximo favorecer eventualmente um país em detrimento de outros. Esse foi o caso da Argentina entre 1995 e 1998, em razão da sobrevalorização do real brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOITES, J. *et alii*. (1995). Les approches régulationnistes et l'accumulation en Amérique latine. In: BOYER, R, e SAYLARD, Y. (orgs.) **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris: La Découverte.
- ARCE, O. D. (1990). Teorías e ideologías sobre el Estado en el Paraguay de Alfredo Stroessner. In: CASANOVA, P. G. **El Estado en América Latina: teoría y práctica**. México: Siglo Veintiuno Editores e Tóquio: Universidad de las Naciones Unidas
- ARRIGHI, G. (1994). **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto e São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BECKER, J. (1997). Integración y regulación: una comparación entre la Unión Europea y el Mercosur. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 4.
- BECKER, J. (1999). **Espace et régulation: un précis conceptuel**. Viena: Wirtschaftsuniversität (não publicado).
- BECKER, J. *et alii* (2000). **Economía política de Montevideo: desarrollo urbano y política local**. Viena: Wirtschaftsuniversität-Wien, Proyecto FWF.
- BÉRTOLA, L. (1991). **La industria manufacturera uruguaya [1913-1961]**. Montevideo: FCS-CIEDUR.
- BÉRTOLA, L. (1996). Fases, tendencias y ciclos en Argentina, Brasil y Uruguay. **Ciclos**, Buenos Aires, ano IV, v. IV, n. 10.
- BÉRTOLA, L. (1998). The uruguayan road towards regional integration. **Journal für Entwicklungspolitik**, Viena, v. XIV, n. 2/98.
- BÉRTOLA, L. (2000). **Ensayos de historia económica**. Montevideo: Ediciones Trilce.
- BIELSCHOWSKY, R. (org.) (2000). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record.
- BOYER, R. (1999). Dos desafíos para el Siglo XXI: disciplinar las finanzas y organizar la internacionalización. **Revista de la CEPAL**. Santiago, n. 69, dezembro.
- BOYER, R. & SAILLARD, Y. (1995). Un précis de la régulation. In: BOYER, R. e SAYALLARD, Y. (orgs.) **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris: La Découverte.

- BRAGA, J. C. (1997). Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza no capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. (orgs.) (1997). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes.
- BRANDÃO, C. (1991). ABC da política monetária para a execução de programas de ajustamento macroeconômico. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 25, n. especial, janeiro.
- BRAUDEL, F. (1979). **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CAETANO, G. e RILLA, J. (1998). **Histtoria contemporánea del Uruguay**, de la colonia al Mercosur. Montevideo: Editorial Fin de Siglo.
- CANO, W. (2000). **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP.
- CARTIER-BRESSON, J. *et alii.*(1987). **Dynamique interne et specialisation internationale du modèle d'industrialization brésilien**. Paris, Ecole Normale Supérieure, Rapport de recherche.
- CASTRO, A. e SOUZA, F. E. (1985). **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CEPAL (1949). Estudo econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CEPAL (1985). Transformação e crise na América Latina e no Caribe, 1950-1984. . In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CEPAL (1994). **El regionalismo abierto en America Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva com equidad**. Santiago de Chile: documento de trabalho.
- CEPAL (1997). O hiato de equidade: América Latina, Caribe e a Conferência de Cúpula Social. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CEPAL (2000). **Estudio económico de América Latina y el Caribe – 1998-1999**. Santiago: CEPAL. <http://www.eclac.org>.

- CEPAL (2000b). **Notas de la CEPAL**. (Número Especial). Santiago: n. 10, mayo. <http://www.eclac.org> .
- CEPAL (2001). **Notas de la CEPAL**. (Número Especial). Santiago: n. 15, marzo. <http://www.eclac.org> .
- CHESNAIS, F. (1997). Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro: n. 1
- CONCEIÇÃO, O. (1989a). Crise e regulação: a metamorfose restauradora da reprodução capitalista. In: FARIA, L. *et alii* **Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE.
- CONCEIÇÃO, O. (1989b). Grandes crise e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In: FARIA, L. *et alii*. **Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE.
- CORIAT, B. e SABOIA, J. (1997). **L'accumulation du capital au Brésil (1930-1996): formes structurales fondamentales, régime d'accumulation et mode de régulation**. Paris: mimeo.
- DORNBUSCH, R. e EDWARDS, S. (1991). **The macroeconomics of populism in Latin America**. Chicago: University of Chicago Press.
- FARIA, L. *et alii* (1989). **Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE.
- FARIA, L. (1995). Uma análise de história monetária para a inflação brasileira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: v. 16, n. 1.
- FARIA, L. (1996a). Fordismo periférico, fordismo tropical y posfordismo: el camino brasileño de acumulación y crisis. **Ciclos**. Buenos Aires: ano IV, v. IV, n. 10.
- FARIA, L. (1996b). A indústria brasileira em crise: uma abordagem da regulação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: v.17, n. 2.
- FARIA, L. (1997). Centro, periferia e dependência: a crise do fordismo lá e cá. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: v. 18, n. 2.
- FARIA, L. (1998a). Capitalismo, espaço e tempo. **III Encontro Nacional de Economia Política**. Niterói: SEP, 9-12 de junho.

- FARIA, L. (1998b). Integration und Entwicklung im Cono Sur. **Journal für Entwicklungspolitik**. Viena, v. XIV, n. 2/98.
- FARIA, L. (2001). **Os novos espaços do capital**: integração e acumula/cão no Mercosul. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (tese de doutorado).
- FARIA, L. e WINCKLER, C. (1994). O andar do crustáceo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2.
- FERRAZ, J. C. *et alii* (1995). **Made in Brasil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus.
- FERRER, A. (1997). **Hechos y ficciones de la globalización**: Argentina y el Mercosur en el sistema internacional. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- FIORI, J. L. (1994). O nó cego do desenvolvimento brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 40, novembro.
- FIORI, J. L. (1995). **O vôo da coruja**: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- FIORI, J. L. (1999). Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes.
- FLIGENSPAN, F. (1995). Reestruturação e ganhos de produtividade na indústria brasileira. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre: v. 4, n. 10.
- FRAGA NETO, A. (1987). Problemas do controle monetário no Brasil. **XV Encontro Nacional de Economia**. Salvador: ANPEC, dezembro.
- FRANCO, G. (1998). A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 14, n. 4.
- FURTADO, C. (1959). **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- FURTADO, C. (1992). **A construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GONÇALVES, R. (1999). **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra.
- HAPERIN DONGHI, T. (1987). **El espejo del futuro**: problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: sudamericana.
- HARVEY, D. (1989). **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

- HOBBSAWM, E. (1994). **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INTAL (2000). **Informe MERCOSUR**. Buenos Aires: BID-INTAL, año 5, n. 6.
- KATZ, J. (2000). Cambios estructurales y productividad en la industria latinoamericana. **Revista de la CEPAL**. Santiago, n. 71.
- KOSACOFF, B. (ed.) (2000). **El desempeño industrial argentino: más allá de la sustitución de importaciones**. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación de Colombia, acessado na página da CEPAL, <http://www.eclac.org> .
- LANTERI, L. (1999). **Fuentes del crecimiento en la Argentina y en los países recientemente industrializados del Este de Asia** Podria pensarse en un milagro del crecimiento económico argentino? Buenos Aires: Banco Central de la Republica Argentina, Documento de Trabajo No. 6, acessado em www.bcra.gov.ar .
- LAVAGNA, R. e GIAMBIAGI, F. (1999). Hacia la creación de una moneda comum: una propuesta de convergencia coordinada de políticas macroeconómicas en el Mercosur. **Enoikos**, Buenos Aires: Año VII, n. 15.
- LIPIETZ, A. (1985). **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LIPIETZ, A. (1997). O mundo do pós-fordismo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 4.
- MANTEGA, G. (1984). **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis e Rio de Janeiro: Vozes.
- MATTOS, C. (1997). Globalización, movimientos del capital, mercado de trabajo y concentración territorial expandida. In: CASTELLO, I. *et alii*. (orgs.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS e FEE.
- MEDEIROS, C. A. (1998). Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. (orgs.) (1997). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes.
- MELLO, J. M. C. (1982). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense.
- MIOTTI, L. (1997). **Teoria da regulação na América Latina**. Rio de Janeiro: Seminário no IE-UFRJ, agosto.

- MISTRAL, J. (1986). Régime international et trajectoires nationales. In: BOYER, R. (org.) **Capitalismes fin de siècle**. Paris: PUF.
- MRE (2001). **Cronologia do Mercosul**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores (MRE), <http://www.mercosul.gov.br> .
- MUSACCHIO, A. (1997). Hacia un sistema productivo europeo? tiempo y espacio del mayor esfuerzo de integración contemporaneo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 4.
- NOVAIS, F. (1979). **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora HUCITEC.
- OLIVEIRA, F. (1977). **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal
- PORTANTIERO, J. C. (1973). Classes dominantes y crisis política en la Argentina actual. In: BRAUN, O. (org.). **El capitalismo argentino en crisis**. Buenos Aires: Siglo XXI.
- PRADO, L. (1997). Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 1.
- PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PREBISCH, R. (1963). **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- RAPOPORT, M. e MUSACCHIO, A. (Coords.) (1993). **La Comunidad Europea y el Mercosur: una evaluación comparada**. Buenos Aires: FIDES.
- RAPOPORT, M. e MADRID, E. (1998). Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, A. e RAPOPORT, M. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UnB.
- RIVAROLA, M. (1998). **Historia General del Paraguay**. Presidencia de la República del Paraguay. Página da Web em <http://www.presidencia.gov.py>.

- ROMERO, L. A. (1994). **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- SANTOS, M. (1994). **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 3a. edição, 1997.
- SELA (1999). **América Latina en la crisis financiera internacional**. Secretaria Permanente: SP/Di N° 12-99 (Egidio Luis Miotti, Carlos Quenan e Nathalie Ricoeur-Nicolai, autores) <http://www.lanic.utexas.edu/project/sela/docs/spdi12-99-5.gif>.
- SILVA, S. (1976). **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega
- SREI (1996). El Mercosur: regionalismo abierto o un “building block”? (comentarios acerca de las conclusiones del trabajo de Alexander Yeats). **Boletim da Integração Latino-americana**, n. especial 2, Brasília: MRE (Secretaría de Relaciones Económicas Internacionales de la República Argentina).
- TAUILE, J. R. e FARIA, L. (1999). As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 19, n. 1, janeiro-março.
- TAUILE, José R. e YOUNG, Carlos E. (1991). **Concentração de Renda e desenvolvimento econômico**: uma análise sobre a década de setenta. Rio de Janeiro, IPEA, Cadernos de Economia N° 09.
- TAVARES, M. C. (1972). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.
- TAVARES, M. C. (1985). A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 5, n. 2, abril-junho.
- TAVARES, M. C. (1999). Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes.
- TAVARES, M. C. e FIORI, J. (orgs.) (1997). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes.
- TAVARES, M. C. e MIRANDA, J. C. (1999). Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes.

- TEUBAL, M. (1999). Crecimiento y pobreza: el caso argentino. **Enoikos**. Buenos Aires: Ano VII, n. 15.
- THÉRET, B. (1992). Esquisse d'une conception topologique et régulationniste de l'interdépendence entre le rapport salarial et l'État providence. **Cahiers du Grétsé**, Montreal, n. 11, dezembro.
- THÉRET, B. (1998). Política econômica e regulação: uma abordagem topológica e autopoietica. In THÉRET, B. e BRAGA, J. C. **Regulação econômica e globalização**. Campinas: UNICAMP.
- WEFFORT, F. (1978). **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.